

PARECER JURÍDICO FINAL

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 04/2021 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1103001/2021. CONSULTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS, ESTADO DO MARANHÃO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS E REDE DE COMPUTADORES PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

I – DO RELATÓRIO

Vieram os presentes autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico final e orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93, principalmente quanto à fase externa do certame.

Trata-se de Processo Administrativo nº 1103001/2021, referente a Pregão Eletrônico cujo objeto é o registro de preços para a contratação de empresa especializada na realização de serviços de manutenção de computadores, impressoras e rede de computadores para atender as diversas secretarias do município de São João dos Patos - MA.

Essa Assessoria Jurídica já confeccionou um parecer jurídico prévio, atestando a regularidade da fase inicial do processo até a emissão do edital de abertura do certame.

A este se seguiram as etapas de publicação, aquisição de editais e recebimento de documentação e propostas, com o posterior julgamento da habilitação e das propostas do licitante.

É, em síntese, o relatório, passa-se a manifestação.

II - DA ANÁLISE E DA FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a essa, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93.

O procedimento em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, contendo o requerimento formulado pelas Secretarias interessadas, detalhando o objeto de sua pretensão e justificando sua finalidade.

Foram informados os recursos orçamentários, a previsão financeira para o custeio da despesa foi confirmada e depois de avaliada a necessidade e conveniência do pedido, a contratação foi autorizada pela Secretaria Municipal de Administração.

A Secretaria Municipal de Administração sugeriu que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade Pregão Presencial, justificando que os serviços são de natureza comum.

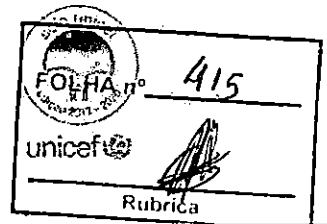
Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do certame é cabível à modalidade prevista na Lei 10.520/2002, qual seja, o pregão, espécie do tipo menor preço para aquisição de bens e de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, senão vejamos:

"Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

(...)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br



Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."(GRIFO NOSSO)

Assim, vê-se que a escolha da modalidade licitatória pela Comissão de Licitação é perfeitamente adequada ao objeto.

Isto posto, acerca da fase interna do certame, pode-se constatar a presença da Solicitação de Despesa; Pesquisa de preços com justificativa; Termo de Referência com as justificativas e especificações do objeto; Autorização de Licitação; Minuta do Edital e seus anexos; Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do feito por estarem em conformidade com os termos das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, consoante documento incluído ao processo, nos termos do Parágrafo Único, art. 38 da Lei 8.666/93; bem como os demais documentos e atos necessários que provocaram a necessidade de realização de certame licitatório para aquisições de serviços, conforme determina o art. 14 da Lei 8.666/93.

Quanto à fase externa da licitação, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame, da apreciação dos documentos apresentados pela licitante, relativos ao credenciamento, habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas e proposta de preços, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório (abertura de envelopes de propostas de preços e rodadas de lances, habilitação devidamente registrada na ata da sessão), todas em consonância com as normas editalícias.

Houve interposição de recurso, que fora devidamente julgado, mantendo a decisão que declarou a empresa TERRA CONSTRUTORA E LOCADORA EIRELLI vencedora.

Ao final, o Pregoeiro decidiu adjudicar os serviços em favor da empresa a seguir: TERRA CONSTRUTORA E LOCADORA EIRELLI, tendo sido declarada vencedora, por cotar os menores preço por item, bem como por atenderem a todas as exigências legais e editalícias, segundo consta do Termo de Adjudicação presente no feito.

Constata-se que todo o procedimento se encontra em perfeita harmonia com a Lei 8.666/93 bem como a Lei 10.520/2002.

III - DA CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica entende que o processo licitatório encontra-se respaldado na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, eis que, encontra-se respaldado na lei, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, razão pela qual OPINO pelo prosseguimento do certame em seus ulteriores atos, devendo ser dado prosseguimento ao processo, homologando-o, efetivando a contratação do licitante vencedor.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos – MA, terça-feira, 17 de agosto de 2021.


DANILO DE CARVALHO MADEIRA

Assessor Jurídico

Advogado - OAB/MA 15.793